

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.071.134
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.071.134</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		89,69505

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	577.741	684.850
1.01	Ativo Circulante	138.489	220.356
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	79.286	126.567
1.01.02	Aplicações Financeiras	17.055	55.531
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.055	55.531
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	17.055	55.531
1.01.03	Contas a Receber	38.410	35.388
1.01.03.01	Clientes	18.468	17.619
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.942	17.769
1.01.03.02.01	Contas a Receber Com Partes Relacionadas	19.942	17.769
1.01.04	Estoques	0	65
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.821	1.934
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.821	1.934
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.879	815
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	38	56
1.01.08.03	Outros	38	56
1.02	Ativo Não Circulante	439.252	464.494
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	207.833	199.770
1.02.01.03	Contas a Receber	14	14
1.02.01.03.01	Clientes	14	14
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.055	32.962
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.055	32.962
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	172.250	164.075
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	172.250	164.075
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.514	2.719
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.514	2.719
1.02.03	Imobilizado	770	964
1.02.04	Intangível	230.649	263.760

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	577.741	684.850
2.01	Passivo Circulante	221.535	203.954
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.251	2.064
2.01.02	Fornecedores	4.592	3.050
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.235	4.762
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	121.016	117.191
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	428	317
2.01.04.02	Debêntures	120.588	116.874
2.01.05	Outras Obrigações	54.523	53.238
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.004	2.339
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.004	2.339
2.01.05.02	Outros	52.519	50.899
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	1.948	1.417
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	48.524	46.752
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.047	158
2.01.05.02.07	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	2.572
2.01.06	Provisões	33.918	23.649
2.01.06.02	Outras Provisões	33.918	23.649
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	33.918	23.649
2.02	Passivo Não Circulante	204.853	310.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	99.340	178.517
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	541	754
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	541	754
2.02.01.02	Debêntures	98.799	177.763
2.02.02	Outras Obrigações	75.689	93.177
2.02.02.02	Outros	75.689	93.177
2.02.02.02.04	Credores pela Concessão	75.689	93.177
2.02.04	Provisões	29.824	38.442
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.685	4.332
2.02.04.02	Outras Provisões	25.139	34.110
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	25.139	34.110
2.03	Patrimônio Líquido	151.353	170.760
2.03.01	Capital Social Realizado	107.543	107.543
2.03.04	Reservas de Lucros	43.810	63.217
2.03.04.01	Reserva Legal	6.109	6.109
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	37.701	57.108

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	75.132	147.149	77.208	151.559
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.402	-80.727	-34.855	-67.938
3.03	Resultado Bruto	32.730	66.422	42.353	83.621
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.139	-8.233	-6.800	-11.438
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.166	-8.306	-6.890	-11.579
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.730	-7.449	-6.355	-10.869
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-427	-820	-521	-690
3.04.02.03	Tributárias	-9	-37	-14	-20
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	27	73	90	141
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.591	58.189	35.553	72.183
3.06	Resultado Financeiro	-3.296	-13.977	-3.703	-12.492
3.06.01	Receitas Financeiras	8.843	19.685	8.986	15.449
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.139	-33.662	-12.689	-27.941
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.295	44.212	31.850	59.691
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.345	-14.755	-10.737	-20.310
3.08.01	Corrente	-6.745	-13.848	-9.791	-17.909
3.08.02	Diferido	-1.600	-907	-946	-2.401
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.950	29.457	21.113	39.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.950	29.457	21.113	39.381
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01582	0,02750	0,01971	0,03677

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	16.950	29.457	21.113	39.381
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.950	29.457	21.113	39.381

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	109.581	90.946
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	98.001	91.553
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	29.457	39.381
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	41.229	32.613
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social	907	2.401
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.669	16.006
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	393	646
6.01.01.08	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	8.044	8.128
6.01.01.09	Resultado financeiro com ajuste a valor presente	5.259	3.180
6.01.01.10	Baixa do ativo intangível	457	0
6.01.01.11	Provisão para manutenção em rodovias	6.447	-38
6.01.01.12	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-1.513	-780
6.01.01.13	Receitas financeiras com mútuo entre partes relacionadas	-12.348	-9.984
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.580	-607
6.01.02.01	Contas a receber	-849	-1.538
6.01.02.02	Estoques	65	-7
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.064	-1.046
6.01.02.04	Impostos a recuperar	2.253	-380
6.01.02.05	Fornecedores	7.734	620
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	967	1.312
6.01.02.07	Obrigações sociais	187	-37
6.01.02.08	Obrigações fiscais	9.538	12.795
6.01.02.09	Cauções contratuais	381	106
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-795	-370
6.01.02.11	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-40	0
6.01.02.12	Credores pela concessão	-26	-21
6.01.02.13	Contas a receber - partes relacionadas	148	0
6.01.02.14	Outras contas a pagar	1.889	176
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	-9.065	-11.893
6.01.02.16	Outros créditos	18	-172
6.01.02.17	Utilização da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	0	-152
6.01.02.18	Despesas antecipadas sobre empréstimos	239	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	13.568	-14.955
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado	-27	-72
6.02.04	Adições ao intangível	-26.106	-12.559
6.02.06	Valor resgatado de operações financeiras vinculadas	56.124	20.152
6.02.07	Aplicações financeiras vinculadas	-16.423	-22.476
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-170.430	34.384
6.03.01	Pagamentos	-99	0
6.03.02	Pagamentos - juros	-33	0
6.03.03	Pagamento de principal - debêntures	-63.333	-45.933
6.03.04	Pagamento de juros - debêntures	-31.795	-11.541
6.03.05	Pagamento de credores pela concessão	-23.734	-22.008
6.03.06	Distribuição de juros sobre capital próprio	-2.572	0
6.03.07	Emissão de debêntures	0	150.195



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.03.11	Pagamento de dividendos	-48.864	-38.296
6.03.13	Imposto de renda retido na fonte	0	1.967
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-47.281	110.375
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	126.567	38.224
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	79.286	148.599

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	14.354	48.865	0	170.761
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	14.354	48.865	0	170.761
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-48.865	0	-48.865
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-48.865	0	-48.865
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.457	0	29.457
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.457	0	29.457
5.07	Saldos Finais	107.542	0	14.354	29.457	0	151.353

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.296	0	0	-38.296
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.296	0	0	-38.296
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.381	0	39.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.381	0	39.381
5.07	Saldos Finais	107.542	0	9.549	39.381	0	156.472

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
7.01	Receitas	160.408	164.817
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.408	164.817
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.704	-44.312
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31.695	-31.705
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.674	-2.189
7.02.04	Outros	-10.335	-10.418
7.02.04.01	Custo da concessão	-10.335	-10.418
7.03	Valor Adicionado Bruto	116.704	120.505
7.04	Retenções	-41.229	-32.613
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.229	-32.613
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	75.475	87.892
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.685	15.449
7.06.02	Receitas Financeiras	19.685	15.449
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.160	103.341
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	95.160	103.341
7.08.01	Pessoal	9.314	8.161
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.481	5.957
7.08.01.02	Benefícios	2.366	1.752
7.08.01.03	F.G.T.S.	467	452
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.681	34.971
7.08.02.01	Federais	22.015	27.337
7.08.02.02	Estaduais	13	9
7.08.02.03	Municipais	7.653	7.625
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.708	20.828
7.08.03.01	Juros	20.356	16.632
7.08.03.02	Aluguéis	1.093	1.016
7.08.03.03	Outras	5.259	3.180
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.457	39.381
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.457	39.381

## Comentário do Desempenho



**Sertãozinho/SP**, 05 de agosto de 2015 - A Vianorte S.A. comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2015, período encerrado em 30 de junho de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

#### Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 2T15 foi de 9,1 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma retração de 5,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho o que torna o consumo enfraquecido. No 1º semestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014, houve uma queda de 14,9% nas exportações e 18,3% nas importações (fonte: desenvolvimento.gov). Entendo que estas quedas afetaram diretamente nossa atividade, pois principalmente na Via Anhanguera – SP 330 (que é um corredor de escoamento da produção entre a região Sudeste e o porto de Santos) observamos uma redução do fluxo de veículos pesados.
- Em relação ao 1T15 apresentou ligeiro aumento de 2,8% devido principalmente à: início da safra de cana em meados de março, aumentando o fluxo de caminhões canavieiros nas praças de pedágio; início da operação do Porto Seco em Guará (abril), que possui a capacidade para receber até 300 caminhões/dia. Este ponto, é um polo gerador de fluxo de caminhões de açúcar, que estão passando por nossas praças para chegar até o local e operação nos pedágios de bloqueio em Ituverava, trazendo de volta parte dos veículos que desviavam da praça.

#### Receita Operacional Bruta

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 2T15 de R\$ 81,8 milhões, apresentando queda de R\$ 2,1 milhões ou 2,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e aumento de R\$ 3,2 milhões ou 4,1% quando comparada ao 1T15. A queda apresentada em relação ao ano anterior, decorre principalmente da Receita de Obras pelo término da Obra

## Comentário do Desempenho



de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira – Km 307+500mts da SP-330 em Ribeirão Preto-SP e pela queda do tráfego conforme comentado anteriormente.

### Custos e Despesas

- Os custos e despesas totais no 2T15 (excluído depreciação e amortização) permaneceram equilibradas em comparação ao mesmo período do ano anterior apresentando ligeiro crescimento de 2,6% (R\$ 0,7 milhão). Essa variação refere-se à valores realizados a maior entre os períodos em provisão de manutenção devido à ajustes no cronograma da obra da 5ª Intervenção da SP 330 e despesas administrativas devido ao rateio das despesas do Diretor Presidente entre as concessionárias estaduais e do novo critério de rateio aprovado pela Holding, compensados com valores realizados a menor nos custos de serviços de construção devido ao término da Obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira – Km 307+500mts da SP-330 em Ribeirão Preto-SP (R\$ 1,2 milhões);
- Em relação ao 1T15 aumentaram 18,7% impulsionados principalmente pelas despesas com provisão de manutenção pela amortização das obras de manutenção previstas (R\$ 1,5 milhão) e custo dos serviços de construção (R\$ 1,6 milhão).

### EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA ajustado no 2T15 diminuíram (5,3%) e (0,8%) respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, reflexo variação nas receitas de obras e pelo aumento dos custos e despesas, já comentados acima. Em relação ao 1T15, o EBITDA diminuiu 2,0% em razão do aumento de custos e despesas conforme comentário acima.

### Resultado Financeiro

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 3,3 milhões, representando uma queda de 69,1% em relação ao trimestre anterior, tendo como principal variação os valores referente ao AVP da Provisão de Manutenção devido à realizações (baixas) no período referente à 3ª Intervenção e pela amortização do principal e juros em março/15 da 2ª Série (IPCA) da 1ª Emissão de Debentures, reduzindo ser saldo devedor e consequentemente a apropriação mensal de juros.

## Comentário do Desempenho



### Lucro Líquido

- A Companhia obteve lucro de R\$16,6 milhões no 2T15, apresentando uma queda de 21,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e aumento de 32,4% em relação ao 1T15, em razão das variações previamente apresentadas.

### Endividamento

- A Vianorte encerrou o 2T15 com um endividamento bruto de R\$220,4 milhões contra R\$212,4 milhões no trimestre anterior;
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$146,2 milhões no 1T15 para R\$124,0 milhões no 2T15, apresentando uma redução de R\$22,2 milhões decorrentes das aplicações financeiras vinculadas realizadas no período frente às obrigações da 1ª emissão de debêntures – 2ª Série (IPCA).

### Investimentos

- Foram investidos R\$10,7 milhões no 1T15 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia desembolsou R\$7,2 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

## Comentário do Desempenho



## ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Vianorte	9.136.922	8.891.224	9.654.330	2,8%	-5,4%	18.028.146	18.916.471	-4,7%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>81.826</b>	<b>78.582</b>	<b>83.962</b>	<b>4,1%</b>	<b>-2,5%</b>	<b>160.408</b>	<b>164.817</b>	<b>-2,7%</b>
Receitas de pedágio	76.409	74.784	77.300	2,2%	-1,2%	151.193	151.692	-0,3%
Receitas de obras	4.986	3.368	6.219	48,0%	-19,8%	8.354	12.212	-31,6%
Receitas acessórias	431	430	443	0,2%	-2,7%	861	913	-5,7%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(6.694)</b>	<b>(6.565)</b>	<b>(6.754)</b>	<b>2,0%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>(13.259)</b>	<b>(13.258)</b>	<b>0,0%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>75.132</b>	<b>72.017</b>	<b>77.208</b>	<b>4,3%</b>	<b>-2,7%</b>	<b>147.149</b>	<b>151.559</b>	<b>-2,9%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(25.723)</b>	<b>(22.008)</b>	<b>(25.447)</b>	<b>16,9%</b>	<b>1,1%</b>	<b>(47.731)</b>	<b>(46.763)</b>	<b>2,1%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.091)	(10.538)	(11.211)	5,2%	-1,1%	(21.629)	(20.527)	5,4%
Custo dos serv. de construção	(4.986)	(3.368)	(6.219)	48,0%	-19,8%	(8.354)	(12.212)	-31,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.644)	(3.632)	(4.257)	0,3%	-14,4%	(7.276)	(6.825)	6,6%
Remuneração da administração	(427)	(393)	(521)	8,7%	-18,0%	(820)	(690)	18,8%
Despesas tributárias	(9)	(28)	(14)	-67,9%	-35,7%	(37)	(20)	85,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(5.593)	(4.095)	(3.312)	36,6%	68,8%	(9.688)	(6.630)	46,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	27	46	87	-41,3%	-69,0%	73	141	-48,2%
<b>EBITDA</b>	<b>49.409</b>	<b>50.009</b>	<b>51.761</b>	<b>-1,2%</b>	<b>-4,5%</b>	<b>99.418</b>	<b>104.796</b>	<b>-5,1%</b>
Margem EBITDA	65,8%	69,4%	67,0%			67,6%	69,1%	
<b>DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(20.818)</b>	<b>(20.411)</b>	<b>(16.211)</b>	<b>2,0%</b>	<b>28,4%</b>	<b>(41.229)</b>	<b>(32.613)</b>	<b>26,4%</b>
Depreciação de imobilizado	(86)	(87)	(2.091)	-1,1%	-95,9%	(173)	(4.037)	-95,7%
Amortização do intangível	(20.732)	(20.324)	(14.120)	2,0%	46,8%	(41.056)	(28.576)	43,7%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(3.296)</b>	<b>(10.681)</b>	<b>(3.703)</b>	<b>-69,1%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>(13.977)</b>	<b>(12.492)</b>	<b>11,9%</b>
Receitas financeiras	8.843	10.842	8.986	-18,4%	-1,6%	19.685	15.449	27,4%
Despesas financeiras	(12.139)	(21.523)	(12.689)	-43,6%	-4,3%	(33.662)	(27.941)	20,5%
<b>LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>25.295</b>	<b>18.917</b>	<b>31.847</b>	<b>33,7%</b>	<b>-20,6%</b>	<b>44.212</b>	<b>59.691</b>	<b>-25,9%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(8.345)</b>	<b>(6.410)</b>	<b>(10.734)</b>	<b>30,2%</b>	<b>-22,3%</b>	<b>(14.755)</b>	<b>(20.310)</b>	<b>-27,4%</b>
Corrente	(6.745)	(7.103)	(9.791)	-5,0%	-31,1%	(13.848)	(17.909)	-22,7%
Diferido	(1.600)	693	(943)	-330,9%	69,7%	(907)	(2.401)	-62,2%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>16.950</b>	<b>12.507</b>	<b>21.113</b>	<b>35,5%</b>	<b>-19,7%</b>	<b>29.457</b>	<b>39.381</b>	<b>-25,2%</b>

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>49.409</b>	<b>50.009</b>	<b>51.761</b>	<b>-1,2%</b>	<b>-4,5%</b>	<b>99.418</b>	<b>104.796</b>	<b>-5,1%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	5.593	4.095	3.312	36,6%	68,8%	9.688	6.630	46,1%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>55.002</b>	<b>54.104</b>	<b>55.073</b>	<b>1,7%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>109.106</b>	<b>111.426</b>	<b>-2,1%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP 01.

Vianorte S/A

Rodovia Atílio Balbo - Km 327,5 - pista leste - Caixa Postal 88 - Sertãozinho-SP - CEP 14173-000  
Telefone (00 55 16) 3601-1122 - Fax (00 55 16) 3601-1100 - www.vianorte.com.br



## **Notas Explicativas**

# ***Vianorte S.A.***

*Informações Trimestrais Para o Período  
Findo em 30 de Junho de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## **Notas Explicativas**

## Notas Explicativas

### VIANORTE S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vianorte S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Attílio Balbo km 327,5. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 009/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Attílio Balbo/Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 15/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais 17 dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 23 de março de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A.. A concessionária conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

No período de trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de agosto de 2015.

## Notas Explicativas

Vianorte S.A.

### 2. CONCESSÕES

No período de trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de junho de 2015, os montantes de R\$9.120 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$64.039 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de junho de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações relativas a: bases de mensuração e reconhecimento; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela mudança de estimativa na determinação da amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## Notas Explicativas

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	34.254	23.651
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	33.918	23.649
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(335)</u>	<u>(2)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	49.808	47.990
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	48.524	46.752
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.284)</u>	<u>(1.238)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	28.170	40.489
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	25.139	34.110
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(3.031)</u>	<u>(6.379)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	82.917	103.308
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	75.689	93.177
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(7.228)</u>	<u>(10.131)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 14.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

#### 4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

**Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.255	1.716
Aplicações financeiras (*)	<u>78.031</u>	<u>124.851</u>
<b>Total</b>	<b><u><u>79.286</u></u></b>	<b><u><u>126.567</u></u></b>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Debêntures compromissadas	8.100	6.300
Fundos de investimentos	<u>69.931</u>	<u>118.551</u>
<b>Total</b>	<b><u><u>78.031</u></u></b>	<b><u><u>124.851</u></u></b>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,26% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

**Notas Explicativas****6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	17.942	17.197
Cupons de pedágio a receber	194	295
Cartões de pedágio a receber	<u>332</u>	<u>127</u>
Total	<u><u>18.468</u></u>	<u><u>17.619</u></u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 23.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

Ativo não circulante	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	416	755
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	4.685	4.332
Ágio incorporado da SPR (b)	1.693	5.078
Provisão para manutenção	59.057	57.759
Ajuste dos encargos financeiros	12.586	10.301
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças ativas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	18.723	18.723
Amortização ativa dos ajustes - mudança de práticas contábeis	<u>(2.880)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u><u>94.280</u></u>	<u><u>96.948</u></u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>32.055</u></u>	<u><u>32.962</u></u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016	6.600
2017	11.314
2018	14.141
	<u>32.055</u>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

### Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de junho de 2015 o valor da aplicação é de R\$17.055 (R\$55.531 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média a 96,95% da variação do CDI.



## Notas Explicativas

Vianorte S.A.

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2014	2.967	78	96	3.141
Adições	27	-	-	27
Alienações/baixas	(46)	(78)	-	(124)
Saldo em 30.06.2015	<u>2.948</u>	<u>-</u>	<u>96</u>	<u>3.044</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2014	(2.063)	(31)	(83)	(2.177)
Depreciações	(167)	(1)	(5)	(173)
Alienações/baixas	44	32	-	76
Saldo em 30.06.2015	<u>(2.186)</u>	<u>-</u>	<u>(88)</u>	<u>(2.274)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2014	904	47	13	964
Saldo em 30.06.2015	762	-	8	770
Taxas de depreciação - %	16%	20%	12%	

## Notas Explicativas

Vianorte S.A.

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	533.094	254.971	60.326	3.333	851.724
Adições	8.183	-	-	171	8.354
Alienações/baixas	(358)	-	-	(56)	(414)
Saldo em 30.06.2015	<u>540.919</u>	<u>254.971</u>	<u>60.326</u>	<u>3.448</u>	<u>859.664</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(375.761)	(178.372)	(31.734)	(2.097)	(587.964)
Amortizações	(24.079)	(12.574)	(4.314)	(92)	(41.059)
Alienações/baixas	5	-	-	-	5
Saldo em 30.06.2015	<u>(399.835)</u>	<u>(190.946)</u>	<u>(36.048)</u>	<u>(2.189)</u>	<u>(629.018)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	157.333	76.599	28.592	1.236	263.760
Saldo em 30.06.2015	141.084	64.025	24.278	1.259	230.646
Taxas de amortização - %	25%	25%	25%	25%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações que detinha participação no capital social da Vianorte. Esse valor está sendo amortizado linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

## Notas Explicativas

### 11. EMPRÉSTIMOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	novembro/2017	428	317
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	novembro/2017	<u>541</u>	<u>754</u>
Total			<u><u>969</u></u>	<u><u>1.071</u></u>

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 30 de junho de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

#### Ano de vencimento

2016 (após junho)	213
2017	<u>328</u>
	<u><u>541</u></u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.06.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	março/2017	56.586	38.916	52.408	88.015
2ª emissão (b)	<u>15.000</u>	CDI + 0,86% a.a.	março/2017	<u>64.324</u>	<u>60.000</u>	<u>64.892</u>	<u>90.000</u>
	<u><u>115.000</u></u>			<u><u>120.910</u></u>	<u><u>98.916</u></u>	<u><u>117.300</u></u>	<u><u>178.015</u></u>
Custo de transação				<u>(322)</u>	<u>(117)</u>	<u>(426)</u>	<u>(252)</u>
Total				<u><u>120.588</u></u>	<u><u>98.799</u></u>	<u><u>116.874</u></u>	<u><u>177.763</u></u>

(a) 1ª emissão de debêntures - 2ª série IPCA de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário em 30 de junho de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures CDI emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário em 30 de junho de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão 2ª Série	15.03.2010	100.000	27.04.2010	101.583
2ª emissão	20.03.2014	150.000	25.03.2014	150.195
		<u>250.000</u>		<u>251.778</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e amortizada anualmente em 3 parcelas desde 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março desde 2014 e amortizada semestralmente meses de março e setembro desde 20 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016 (após junho)	35.498
2017	63.301
	<u>98.799</u>

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 53,06%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimo:		
Arteris S.A (c )	19.942	17.622
Contas a receber:		
Centrovias S.A.	-	49
Intervias S.A.	-	49
Autovias S.A.	-	49
Total	<u>19.942</u>	<u>17.769</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (c )	<u>172.250</u>	<u>164.075</u>
Total	<u>172.250</u>	<u>164.075</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.	800	964
Autovias S.A.	166	80
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	767	834
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	271	461
Total	<u>2.004</u>	<u>2.339</u>
JCP a pagar:		
Arteris S.A.	-	2.572
Total	<u>-</u>	<u>2.572</u>

## Notas Explicativas

Vianorte S.A.

	TRIMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
Contas de Resultado:						
Arteris S.A.	-	6.463	2.114	-	4.948	-
Latina Manutenção de Rodovias	1.516	-	810	2.528	-	856
Latina Sinalização de Rodovias	932	-	-	745	-	-
Total	<u>2.448</u>	<u>6.463</u>	<u>2.924</u>	<u>3.273</u>	<u>4.948</u>	<u>856</u>

  

	SEMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
Contas de Resultado:						
Arteris S.A.	-	12.348	4.258	-	9.616	1.711
Latina Manutenção de Rodovias	3.155	-	1.620	5.499	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	1.374	-	-	1.117	-	-
Total	<u>4.529</u>	<u>12.348</u>	<u>5.878</u>	<u>6.616</u>	<u>9.616</u>	<u>1.711</u>

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Decorrentes de contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,7% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.06.2015	31.12.2014
28.01.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	54.000	14.209	10.484
02.05.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	100.000	23.983	17.213
			<u>154.000</u>	<u>38.192</u>	<u>27.697</u>

No decorrer do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$427 e R\$820 respectivamente (R\$521 e R\$690 respectivamente em 30 de junho de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no

## Notas Explicativas

período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$416 e R\$755.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

### 14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

- M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 30 de junho de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,58%, que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2015	31.12.2014
<b>Circulante</b>				
Direito de outorga	48.134	46.336	49.418	47.574
Parcela variável (a)	390	416	390	416
<b>Total</b>	<b>48.524</b>	<b>46.752</b>	<b>49.808</b>	<b>47.990</b>
	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2015	31.12.2014
<b>Não circulante</b>				
Direito de outorga	75.689	93.177	82.917	103.308
<b>Total</b>	<b>75.689</b>	<b>93.177</b>	<b>82.917</b>	<b>103.308</b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	20	32

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$26.051 (R\$23.734 de parcela fixa e R\$2.317 de parcela variável).



## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após junho)	22.707
2017	45.413
2018	7.569
	<u>75.689</u>

### 15. PROVISÕES

#### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, às ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.06.2015</u>
Cíveis	1.147	225	-	(40)	1.332
Trabalhistas	3.185	227	(59)	-	3.353
Total	<u>4.332</u>	<u>452</u>	<u>(59)</u>	<u>(40)</u>	<u>4.685</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$1.153 e R\$310, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2015 (R\$1.036 e R\$322 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	23.649	34.110
Adições/Reversões	-	6.447
Utilizações	(10.408)	-
Ajuste a valor presente	-	5.259
Transferências	20.677	(20.677)
Saldo em 30.06.2015	<u>33.918</u>	<u>25.139</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2015, referente às manutenções realizadas, foram de R\$12.320 (R\$19.045 em 31 de dezembro de 2014).

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$113.652, integralizado pelo valor de R\$107.543. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>30.06.2015</u>		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	1.132.038	1.071.134	100%

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$48.865, pagos em junho de 2015 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade provisionou lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.572 líquidos de R\$ 454, o qual foi pago em 27 de março de 2015.

## 17. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	76.409	151.193	77.300	151.692
Receita de serviços de construção	4.986	8.354	6.219	12.212
Outras receitas	431	861	443	913
	<u>81.826</u>	<u>160.408</u>	<u>83.962</u>	<u>164.817</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	81.826	160.408	83.962	164.817
ISSQN	(3.855)	(7.631)	(3.884)	(7.625)
PIS	(505)	(1.002)	(511)	(1.003)
COFINS	(2.334)	(4.626)	(2.359)	(4.630)
Receita líquida	<u>75.132</u>	<u>147.149</u>	<u>77.208</u>	<u>151.559</u>

## 18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas:				
Com pessoal	(1.668)	(3.281)	(2.557)	(2.904)
Serviços de terceiros	(900)	(1.555)	(1.346)	(1.623)
Manutenção de bens e conservação	(26)	(53)	(76)	(106)
Depreciação / Amortização	(86)	(173)	(2.091)	(4.037)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(71)	(353)	(218)	(494)
Seguros/Garantias	(2)	(3)	(7)	(9)
Consumo	(464)	(1.017)	(879)	(1.113)
Transportes	(150)	(296)	(165)	(278)
Outros	(363)	(718)	(263)	(305)
Total	<u>(3.730)</u>	<u>(7.449)</u>	<u>(7.602)</u>	<u>(10.869)</u>

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos:				
Custos de serviços da Construção	(4.986)	(8.354)	(6.219)	(12.212)
Com pessoal	(3.507)	(6.353)	(2.775)	(5.421)
Serviços de terceiros	(2.146)	(4.377)	(2.149)	(4.228)
Conservação	(2.098)	(4.536)	(2.282)	(4.551)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(338)	(506)	(254)	(495)
Consumo	(465)	(803)	(346)	(699)
Transportes	(853)	(1.693)	(777)	(1.476)
Seguros / Garantias	(422)	(915)	(450)	(856)
Custos com poder concedente	(1.158)	(2.292)	(1.166)	(2.289)
Provisão de manutenção em rodovias	(5.593)	(9.688)	(3.312)	(6.630)
Depreciação / Amortização	(20.732)	(41.056)	(14.113)	(28.569)
Outros	(104)	(154)	(284)	(512)
<b>Total</b>	<b>(42.402)</b>	<b>(80.727)</b>	<b>(34.127)</b>	<b>(67.938)</b>

**19. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Juros ativos	6.463	12.348	4.948	9.616
Aplicações financeiras	2.380	7.337	4.038	5.833
<b>Total</b>	<b>8.843</b>	<b>19.685</b>	<b>8.986</b>	<b>15.449</b>

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(8.021)	(19.970)	(8.990)	(16.004)
Atualização monetária do ônus da concessão	(4.855)	(8.044)	(3.010)	(8.128)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	919	(5.259)	(533)	(3.180)
Outras despesas	(182)	(389)	(156)	(629)
<b>Total</b>	<b>(12.139)</b>	<b>(33.662)</b>	<b>(12.689)</b>	<b>(27.941)</b>

## Notas Explicativas

### 20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

#### b) Informações suplementares

	<u>30.06.2015</u>	<u>30.06.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(17.752)	(329)

### 21. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>30.06.2015</u>		<u>30.06.2014</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.295	44.212	31.847	59.691
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(8.600)	(15.032)	(10.827)	(20.295)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	255	277	94	(15)
Despesa contabilizada	<u>(8.345)</u>	<u>(14.755)</u>	<u>(10.733)</u>	<u>(20.310)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(6.745)	(13.848)	(9.791)	(17.909)
Diferido	(1.600)	(907)	(943)	(2.401)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A adoção dessa lei tornou-se obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015.

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

**22. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do exercício	16.950	29.457	21.113	39.381
Número de ações durante o ano	1.071.134	1.071.134	1.071.134	1.071.134
Lucro por ação	<u>0,01582</u>	<u>0,02750</u>	<u>0,01971</u>	<u>0,03677</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

**23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

## Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.255	1.716
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	78.031	124.851
Aplicações financeiras	Nível 2	17.055	55.531
Partes relacionadas	Nível 1	192.192	181.844
Contas a receber clientes	Nível 1	18.468	17.619
Outras contas a receber	Nível 1	52	70

  

Passivos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 1	6.540	4.467
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	969	1.071
Debêntures	Nível 2	219.387	294.637
Partes relacionadas	Nível 1	2.004	2.339
Credores pela concessão	Nível 1	124.213	139.929
Outras contas a pagar	Nível 1	2.047	158

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,93%	14,91%	17,90%	8,95%
Juros a incorrer(*)	(11.357)	(13.795)	(16.162)	(11.006)
Receita de aplicações financeiras	11.457	14.321	17.186	8.593
Receita financeiras de mútuos	26.346	32.063	37.759	20.608
IPCA	5,37%	6,71%	8,06%	4,03%
Juros a incorrer(*)	(11.666)	(12.330)	(13.451)	(10.063)
Juros a incorrer líquido(*)	<u>14.780</u>	<u>20.259</u>	<u>25.332</u>	<u>8.132</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

## c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.942 (R\$17.197 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.



## Notas Explicativas

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de créditos bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015	2016	2017	Total
Debêntures - CDI	18,00%	36.218	66.301	32.083	134.602
Debêntures - IPCA	12,80%	-	57.917	59.402	117.319
Finame	6,00%	239	459	336	1.034
Credores pela concessão	5,60%	24.759	51.590	64.640	140.989
		<u>61.216</u>	<u>176.267</u>	<u>156.461</u>	<u>393.944</u>

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

**Notas Explicativas**

Vianorte S.A.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	25.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	127.786

(\*) Por sinistro

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Vianorte S.A.

Sertãozinho - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Vianorte S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas..

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

##### Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins

de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 6 de agosto de 2014.

Campinas, 5 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9